

1

Introdução: a obra, o silêncio, a política

O termo “moderno” catalisa, hoje em dia, inúmeras controvérsias e querelas, intermináveis discussões que aludem a um suposto período “medieval” ou “antigo” que lhe seria antecedente e a um potencial ou atual período “pós-moderno” que seria seu sucessor. Desde, pelo menos, a segunda metade do século XX, as mais diferentes tradições (tomando o termo de modo um tanto descompromissado) de pensamento vêm discutindo as peculiaridades do que se denominou de “modernidade” e a relação desta com aquilo que amiúde se declara ser “pós-moderno”¹.

O vocabulário em torno do termo “moderno” se difundiu para várias áreas de conhecimento, basta citar as “teorias de modernização”, na Economia, as abordagens “pós-modernas” e da “modernidade tardia”, na Filosofia, na Sociologia, na Ciência Política, nas Relações Internacionais, na Antropologia. Também fora da academia essa discussão auferiu pujança, basta que se preste atenção nos meios de comunicação e nas conversas cotidianas, para que se observe a recorrência da palavra “moderno”, e seus derivados, nos mais variados temas, como tecnologia, cultura, artes, economia, política, meio-ambiente.

De certa forma, é a esse contexto que este trabalho responde. Em meio a inúmeras possibilidades, exerce-se a opção, que também é um julgamento político, de se adentrar à discussão por uma via específica, a qual ficará nítida

¹ Alguns (apenas alguns) exemplos de pensadores e abordagens de diferentes países que se engajam ou se engajaram com a problematização da “modernidade”: na Alemanha, Mark Horkheimer, Theodor Adorno e Jürgen Habermas; na França, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard; nos Estados Unidos e na Inglaterra, os Estudos Culturais inaugurados, entre outros, por Stuart Hall, assim como os estudos influenciados pela “Teoria Francesa” ou “Filosofia Francesa”. Não se podem esquecer os pensadores que acabaram sendo englobados pelo equívoco rótulo de “pós-coloniais”, mas que avançam diferentes perspectivas acerca da associação entre “modernidade” e “colonização”: são exemplos Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Walter Dignolo, Ashis Nandy, Edward Said, entre outros. Em suma, a discussão acerca da “modernidade” atingiu as mais distantes localidades e as mais heterogêneas perspectivas.

adiante. É possível dizer que o resultado, longe de definitivo, das pesquisas conduzidas para esse texto advém de vários vetores, muitos dos quais contingenciais, e que se está muito distante de um (im)possível ponto de equilíbrio e estabilidade que seria produto da ação desses vetores dos mais variados sentidos e direções. Nesse sentido, seria até plausível dizer que fazem parte das considerações “teóricas”, “políticas” e “acadêmicas” que serão tecidas nos próximos capítulos todos os nomes citados nos agradecimentos, assim como os diversos outros fatores que não puderam ser citados ou mesmo que não podem ser acessados “conscientemente”. O julgamento político mencionado acima é condicionado, portanto, tanto pelas manifestações fenomênicas percebidas quanto pelos silêncios – alguns dos quais, propositais; porém, muitos outros sequer poderiam ser formulados, reconhecidos, identificados, trazidos à “consciência”.

O epicentro explícito desse trabalho é na noção de “modernidade”. O termo “moderno”, como bem lembra Habermas (Habermas e Ben-Habib, 1981), possui uma longínqua história, tendo sido usado pela primeira vez no fim do século V, na forma latina “*modernus*”, a fim de distinguir o presente, tornado oficialmente cristão, do passado romano e pagão. Percebe-se que, desde sua incipiência, o termo busca delimitar fronteiras entre o antigo e o novo, produzidas na transição do passado para o presente. Entretanto, segundo Habermas, a ciência “moderna” alterou o sentimento do que era ser “moderno”. Os princípios de progresso científico e avanço moral e social reformularam essa noção e passaram a conceber a possibilidade de um mundo cosmopolita por vir². Emerge, então, a distinção entre Idade Média e Modernidade (Habermas e Ben-Habib, 1981; ver, para outro tratamento dessa distinção, Fasolt, 2004) e o que Habermas chama de “projeto da modernidade”, que teria sido construído pelos filósofos do Iluminismo e portaria o objetivo fundamental de desenvolver uma ciência objetiva, uma moralidade e uma lei universais e uma arte autônoma, cada uma delas em esferas separadas, marcadas por suas distintas lógicas internas.

Este trabalho situa essa formulação em um período anterior a esse, no complexo emaranhado de influências do Renascimento, da “Descoberta” do Novo Mundo, da Reforma Protestante e das Revoluções Científica e Epistemológica. Se, por um lado, há uma concordância com Habermas no que tange à rearticulação do sentimento de ser

² Na questão de como a visão progressista do conhecimento impacta no século XX, estão em jogo, por exemplo, os debates da filosofia do conhecimento, em especial entre Karl Popper, Imre Lakatos e Thomas Kuhn. Ver Popper (1970), Lakatos (1970), Kuhn (1979, 2006). No que concerne à possibilidade de um mundo cosmopolita, é impossível não pensar na figura de Habermas, mesmo em seus escritos mais técnicos e filosóficos (Habermas, 1997; 2002a; 2002b), assim como nas abordagens cosmopolitas que se difundiram, por exemplo, na Ciência Política e nas Relações Internacionais.

“moderno”, essa rearticulação, por outro lado, é interpretada de uma forma alternativa e com implicações muito diferentes. Não é objetivo aqui nem se engajar em um debate explícito com Habermas nem entender a fundo as influências acima, não obstante estas permearem muitas das reflexões desenvolvidas, afinal os cinco pensadores que têm alguns de seus textos interpretados nos próximos capítulos – Niccolò Machiavelli, Michel de Montaigne, René Descartes, Thomas Hobbes e Immanuel Kant – possuem ligações estreitas com um ou mais dos fatores supracitados: Maquiavel foi florentino na época da Renascença; Montaigne foi influenciado pela “Descoberta” do Novo Mundo; Descartes é visto como um dos protagonistas da Revolução Epistemológica; Thomas Hobbes refletiu sobre o Novo Mundo e as alterações nas concepções científicas de sua época; Kant foi impactado por todos esses fatores. O ponto central é partir dessas influências, a fim de propor uma interpretação da modernidade que enfatize sua dimensão política; no percurso, ética, estética e ciência mostrar-se-ão inseparáveis e a política moderna será abordada não pela distinção lógica de suas esferas, mas pela perspectiva da *aporia*.

Não se pode passar adiante sem se deter brevemente na noção de *aporia*. Esse termo vem da filosofia grega, mais especificamente das questões postas por Sócrates nos diálogos socrático-platônicos. Os problemas levantados por Sócrates, via de regra, não vinham acompanhados por propostas de solução; quando alguém as buscava, Sócrates destacava suas contradições. Quando Aristóteles introduz o termo, seu objetivo era recorrer à filosofia como forma de solucionar as *aporias*, algo que Sócrates provavelmente tentaria tornar contraditório³. Jacques Derrida, ao longo de seus escritos, retoma em diversos momentos a noção de *aporia* e é próximo desse uso que este trabalho se situa. Para Derrida, as dicotomias do pensamento metafísico buscam sempre privilegiar um dos polos, o da identidade, o da presença, o da verdade, em detrimento do outro, o da diferença, o da ausência, o da mentira; para isso, buscam-se fundações ontológicas firmes que tornem essas oposições naturais e incontestes. Uma postura atenta às *aporias* desse pensamento se volta às condições e implicações – institucionais, filosóficas e políticas – que tornam possíveis essas oposições⁴.

Se a *aporia* for considerada uma lógica, é-o apenas na medida em que desloca a possibilidade de fechamento de um campo que se supõe ser livre de contradições, ou seja, desloca uma concepção de lógica que se funde no princípio aristotélico da não-

³ Ver *The Blackwell Dictionary of Western Philosophy* (Bunnin e Yu, 2004)

⁴ Ver Nascimento (2001) e Lucy (2004).

contradição⁵. Para Derrida (1972f; ver, ainda, Nascimento (2001)), a ansiedade por sair de um campo específico delimitado é apenas uma forma de reforçar os limites construídos desse mesmo campo; ou seja, o movimento para fora, para além, “pós”, nada mais é do que a reprodução das próprias condições que tornam esse movimento possível, isto é, a reprodução do mesmo campo e seus limites. A “lógica” aporética não tem por finalidade esse movimento, como também não prescreve a inação diante de um campo demarcado: situando-se nas fronteiras e nos limites, essa perspectiva aporética opera através do deslocamento das oposições, apontando as implicações – inclusões e exclusões – políticas das mesmas.

Os esforços de Derrida se voltaram em grande parte ao campo metafísico do pensamento ocidental. Este trabalho, por seu turno, *delimita* – sabendo que essa delimitação é também uma operação na fronteira, dentro e fora ao mesmo tempo – como seu campo a “modernidade”. Os limites, origens e fins, da modernidade ainda suscitam perscrutações diversas e muitas vezes antagônicas. Na miríade dessa ampla gama de possibilidades e impossibilidades, este trabalho faz algumas opções com profundas implicações políticas. Entre as numerosas escolhas do texto, estão: a dos pensadores “clássicos” interpretados e daqueles que serão apropriados para essa interpretação; a do recorte histórico adotado; a da ordem de apresentação da discussão no trabalho e em cada capítulo em separado; a dos escritos selecionados para interpretação; a do estilo de escrita desenvolvido. A justificativa de cada escolha é um exercício acadêmico, com fins de aprovação institucional, e também um ato político, com fins de persuasão dos leitores e até mesmo do próprio escritor. Sendo assim, os contornos – limites – do texto, suas margens, notas de rodapé, agradecimentos, títulos, introdução e conclusão, são requisitos técnicos e *delimitações* políticas de possibilidades e impossibilidades do pensamento.

Este texto se divide em cinco grandes partes. Além dessa introdução e da conclusão, há três capítulos centrais dedicados a textos de pensadores “clássicos” – as aspas adquirem aqui um duplo sentido: por um lado, indicam uma das formas de tratamento/reverência que foram dispensadas aos cinco pensadores e que fazem deles leituras “compulsórias” na formação intelectual ocidental; por outro lado, destacam que

⁵ Para o princípio de não-contradição, conforme formulado por Aristóteles, ver Aristóteles (2006).

essa reverência é historicamente situada e carregada de pressupostos e implicações políticos, muitos dos quais acabam sendo naturalizados por essa mesma reverência; sendo assim, salvo por descuido (um daqueles descuidos que expressam a reprodução de categorias que se deveria problematizar), sempre o termo “clássico” aparecerá com aspas.

O primeiro dos capítulos centrais se lança à problematização do sujeito moderno, através de alguns textos de Montaigne e Descartes. De Montaigne, foram selecionados vários dos textos que compõem os *Ensaaios*; diante da ausência de sistematicidade destes, o propósito foi desenvolver uma interpretação que privilegiasse três aspectos: primeiro, a maneira pela qual o autor se torna um artista de si através de seus escritos, sem pretender com isso definir um universal no ser humano; segundo, como essa auto-criação é enraizada na sociedade em que o autor-artista vive, na autoridade de seus usos e costumes; e, terceiro, como essa postura diante da diversidade humana é, a um só tempo, estética, ética e política. A reivindicação primordial desses três aspectos é que Montaigne foi um pensador atento à particularidade e à incompletude do “eu” e, dessa forma, enfatizou uma dimensão crucial do sujeito moderno. Com Descartes, o capítulo aborda aquilo que se define como sendo a outra dimensão do sujeito moderno: a pretensão à universalidade garantida pela razão. A segunda parte desse capítulo se debruça sobre o que chama de “momento cartesiano”, destacando o legado do pensamento de Descartes para a política moderna. A dúvida cartesiana é vista como parte de um procedimento – de um método – que tem como finalidade erradicar a própria dúvida e atingir a certeza.

Entre o estilo ensaístico de Montaigne e o método de Descartes, tem-se não apenas uma contraposição de estilos de escrita, mas também a expressão de duas dimensões constitutivas do sujeito moderno e que mantêm entre si uma relação de insolúvel contradição – o que se denominará por *aporia*. Essas dimensões são a da particularidade e a da universalidade; em outros termos, o sujeito moderno se produz na aporia entre o particular e o universal que pode ser vista no par Montaigne-Descartes.

O capítulo seguinte parte das fronteiras do sujeito para as fronteiras do Estado moderno. Com as aproximações entre Montaigne e Maquiavel, de um lado, e Descartes e Hobbes, de outro, a discussão se volta à produção do Estado nas articulações espaço-temporais. Em um primeiro momento, interpreta-se *O Príncipe*, de Maquiavel, defendendo que o florentino privilegia em suas considerações a temporalidade da política e modo pelo qual essa temporalidade possibilita o espaço da comunidade

política. Atentando-se ao circunstancial, ao contingente, à decisão do governante na tensão entre *virtú* e *fortuna*, Maquiavel se foca no particular na produção daquilo que se consolidaria como o Estado moderno, assim como Montaigne faz para o sujeito moderno. Em um segundo momento, o capítulo se lança ao *Leviatã*, de Hobbes, defendendo que este confere preponderância ao espaço na política e ao modo pelo qual este cria um tempo que legitime a autoridade soberana. Evitando a contingência do tempo e a instabilidade das decisões tomadas nas circunstâncias, Hobbes almeja delimitar a história e as fronteiras dentro das quais o soberano exerce seu poder de forma absoluta. Ou seja, o foco é na dimensão universal do Estado moderno, assim como Descartes faz para o sujeito moderno.

O capítulo dedicado ao sujeito e o que se lança ao Estado buscam não somente enfatizar a aporia do sujeito e do Estado modernos, mas também como as reflexões sobre cada um deles são inseparáveis para o entendimento da política moderna e da modernidade. Essa associação entre o indivíduo e a comunidade política é inerente ao pensamento ocidental, desde, pelo menos, os escritos socrático-platônicos. Entretanto, os quatro pensadores interpretados nesses dois capítulos exibem uma rearticulação desse pensamento, operando nos limites e fronteiras que legitimam novas autoridades e novos enquadramentos de velhas, e outras nem tão velhas, dicotomias, como sujeito/objeto, cidadão/estrangeiro, dentro/fora, soberania/anarquia.

Contudo, a política moderna não se resume ao sujeito e ao Estado. A aporia entre o particular e o universal encontra, com Kant, o sistema internacional moderno. O capítulo dedicado a esse pensador defende que sujeito, Estado e sistema são epicentros da modernidade e que as aporias entre Montaigne e Descartes e entre Maquiavel e Hobbes estão expressas, com ainda maior complexidade, em Kant. O particular, nesse caso, será associado ao inevitável condicionamento espaço-temporal e das categorias do entendimento; nesse sentido, impossibilita-se que o impulso natural da razão ao incondicionado tenha implicações para além das condições fenomênicas do sujeito, do Estado e do sistema internacional. Ao mesmo tempo, esse impulso jamais cessa, sendo definidor da própria razão; portanto, o movimento em direção ao universal gera constantes rearticulações espaço-temporais que são o cerne do jogo político, da política como jogo.

Operando nos limites, origens e fins, desses epicentros, a interpretação aqui proposta das três críticas e dos escritos políticos de Kant buscará interpretá-lo como a máxima expressão das insolúveis contradições da modernidade na relação entre o

universal e o particular. Quebram-se, dessa maneira, algumas linearidades interpretativas; para os propósitos aqui avançados, duas delas são especialmente relevantes: de um lado, ter-se-ia uma concepção de sujeito moderno que teria surgido com o ceticismo de Montaigne, sendo reformulada e superada por Descartes e que, após uma longa trajetória, com diversos protagonistas (David Hume, por exemplo), teria adquirido sua consolidação na *Crítica da Razão Pura*, de Kant; de outro lado, ter-se-ia uma concepção de Estado moderno que teria sido inaugurada por Maquiavel e que, após incisões de Jean Bodin e, em especial, Hobbes, teria ganhado os contornos definidores não apenas dos contratualismos posteriores, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, como também dos escritos políticos do mesmo Kant. Sujeito, Estado e, com Kant, sistema internacional modernos se situariam em uma linearidade e em um progresso do pensamento.

A quebra ou deslocamento desse raciocínio linear, em prol de uma perspectiva aporética, é determinante para justificar a arquitetura deste trabalho, ou seja, a disposição dos capítulos e a proposta de se discutirem os pensadores “clássicos” selecionados, tendo Kant como a expressão de aporias que podiam ser notadas nos pares Montaigne-Descartes e Maquiavel-Hobbes, portanto na emergência da modernidade em sua relação com a alteridade, em especial o “outro” colonial. Essa quebra é importante, também, para situar a importância de se discutir o sujeito e o Estado modernos em um trabalho acadêmico destinado à área de Relações Internacionais. Ao contrário de visões que defenderiam que o “internacional” conforma um “nível de análise” separado e/ou uma realidade ontológica distinta, a perspectiva deste texto opera na íntima imbricação entre sujeito, Estado e sistema internacional modernos. Somente dessa forma é que se pode consolidar sua reivindicação central, que poderia ser formulada da seguinte maneira: a política é a produção de limites, fronteiras e subjetividades na interação com a alteridade.

Essa formulação faz aparecer, pela primeira vez, o termo “subjetividade”, fulcral neste texto. Para que se esmiúce o que está em jogo quando se utiliza tal termo, é preciso explicitar as principais influências intelectuais da interpretação aqui avançada. Chega-se aos nomes de Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Jacques Derrida⁶. Os

⁶ Outra influência marcante é de R.B.J. Walker, que será explicitada à frente.

escritos de Nietzsche incitaram as mais variadas respostas, indo desde sua condenação, por parte da igreja e de intelectuais que o consideraram (e ainda consideram) inspirador do nazismo e/ou radical niilista, até sua celebração, como aquele que teria iniciado uma profunda e atual reflexão acerca de sua sociedade, problematizando categorias que até então eram vistas como incontestes no pensamento ocidental.

Dois dos pensadores mais influenciados por Nietzsche foram exatamente Foucault e Derrida. Isso não quer dizer que ambos possam ser tratados como proponentes de uma mesma teoria ou de uma mesma abordagem. Além de suas inúmeras controvérsias publicamente proferidas e publicadas, que foram desde a década de 60 até, ao menos, a morte de Foucault, em 1984, muitos outros pontos de suas complexas perspectivas os distanciam. Não obstante, o arcabouço interpretativo deste trabalho parte da plausibilidade de se estabelecerem algumas confluências entre Foucault e Derrida e da posição de que tais confluências ajudam a pensar as implicações políticas dos escritos de Maquiavel, Montaigne, Descartes, Hobbes e Kant. Uma coisa deve ser esclarecida: não é objetivo do trabalho ir à fundo nas obras de Foucault e Derrida, e sim sugerir tais confluências; a via escolhida para isso foram, exatamente, alguns escritos de Nietzsche.

Sendo assim, Derrida e Foucault não serão perscrutados em suas divergências, e suas confluências serão nada além do que sugeridas, à medida que o texto se apropriar de ambos para sua proposta de uma interpretação plausível dos escritos “clássicos”. Além disso, as inflexões que os pensamentos de cada um possam ter sofrido ao longo de suas obras não serão aprofundadas. Isso parece menos problemático para o caso de Derrida, tendo em vista que o desenvolvimento (não se está falando em “progresso”) de seu pensamento é pouco marcado por rupturas. O caso de Foucault, no entanto, é mais complexo: muitos comentadores de sua obra dividem-na em três fases, sendo, esquematicamente, a primeira referente à década de 60; a segunda, à década 70; e a terceira, à década de 80. O próprio Foucault, em entrevistas, palestras e escritos, aponta para o que chama de “deslocamentos” de seu pensamento. Embora extremamente intrigantes, esses deslocamentos não são relevantes para os propósitos deste texto, de modo que serão mencionados sempre que se julgar necessário, porém não serão tidos como impeditivos para que se avance uma interpretação inspirada em Foucault que deixe latentes as enormes alterações de suas perspectiva ao longo de sua vida.

Derrida e Foucault pensam o sujeito pelo prisma da subjetividade. Isto é, o sujeito não mais se estabelece com uma essência ou uma identidade racional prévia à

interação social, e sim como produção política; é o efeito de um jogo que não é uma causa primeira, fundamental, ontologicamente independente da política, e sim um movimento que condiciona os binarismos identidade/diferença, consciência/inconsciência, soberania/anarquia, cidadão/estrangeiro, dentro/fora, entre outros. Sujeito e verdade são inseridos na história e interpretados por uma abordagem genealógica que enfatiza as inclusões e exclusões, os privilégios e os silenciamentos, as relações de poder que permeiam a interação nas mais diversas sociedades e, por conseguinte, o pensamento que as delimita. Quando os elos entre sujeito e verdade são vistos pelo prisma da genealogia, um termo compartilhado por Foucault e Derrida (a partir de Nietzsche)⁷, passa a fazer sentido se falar em subjetividade. Esta é uma das principais confluências que se sugerem entre os dois pensadores franceses, sem defender, com isso, que ambos avançam uma só maneira de se “fazer” genealogia.

Nesse instante, cabe uma breve digressão, a fim de mencionar outra importante influência do texto: R.B.J. Walker. Walker é um dos mais profícuos pensadores a lidar com as possibilidades e alternativas abertas por Foucault e Derrida para se pensar a política moderna e a modernidade. Em sua releitura de Hobbes, Maquiavel e Kant, entre outros, Walker explora essas alternativas e se apropria da noção de subjetividade para o que chama de “teoria política internacional”. Nessa operação, o termo “subjetividade” ganha contornos ainda mais intrigantes e, a partir deles, este trabalho abordará o sujeito, o Estado e o sistema internacional como subjetividades modernas.

Enquanto as reflexões de Foucault e Derrida aparecerão no corpo do texto, Nietzsche aparece em suas margens, nas notas de rodapé que separam o dentro do fora, estando ao mesmo tempo dentro e fora do texto. A não adição de quaisquer considerações que busquem “explicar” as citações de Nietzsche inseridas em notas quer colocar em relevo as múltiplas interpretações e problematizações que podem ser erigidas a partir de um texto, apontando sua perene e incontrolável abertura, assim como os julgamentos políticos que são feitos em todas as instâncias que buscam legitimar seu fechamento. Portanto, é Nietzsche quem abre e fecha o trabalho. Ou melhor, é a seleção, feita por um escritor particular, de algumas citações de Nietzsche que abre e fecha o

⁷ No caso de Foucault, essa herança nietzscheana se mostra mais explícita após o final da década de 60, em especial após o épico “Nietzsche, a Genealogia e a História”, de 1971 (em Foucault, 2007a). Ressalta-se que, embora as influências de Foucault e Derrida perpassem quase todo o texto, isso não deve levar à inferência de que há convergência entre, de um lado, as interpretações que ambos propuseram dos pensadores aqui tratados e, de outro, a interpretação avançada nas páginas que se seguem. Em alguns casos, inclusive, verificam-se divergências, porém este não é o lugar para que elas sejam tratadas. Agradeço aos professores Paulo Cesar Duque-Estrada e Rafael Haddock-Lobo pelas aulas e reflexões em torno de uma ampla gama de temas na obra de Derrida.

trabalho, fazendo da abertura tanto uma resposta e uma continuidade, quanto uma marca distinta desse mesmo escritor, cuja subjetividade se produz nas insolúveis contradições de suas particularidades perante universais; e fazendo do fechamento apenas uma *moldura móvel* de um quadro – sempre aberto a ser retocado, restaurado, repintado – de uma subjetividade em constante produção.

De certa forma, o que se está propondo enquanto postura intelectual neste trabalho é uma abordagem crítica ou, mais especificamente, uma perspectiva que problematiza a política moderna de maneira crítica. Em suma, perspectiva, problematização e crítica. Cabe, agora, tornar mais nítido o elo entre as três⁸.

A noção de perspectiva vem de Nietzsche (2006c) e está atrelada à discussão acerca da verdade. Nietzsche se pergunta por que o pensamento ocidental é obcecado pela verdade e pelo objetivo de afastar a não-verdade, a incerteza e a ignorância. O rechaço da possibilidade de que uma coisa nasça do seu contrário, como a verdade do erro ou o ato desinteressado do egoísmo, condiciona essa obsessão. Nesse sentido, o esforço seria em direção ao conhecimento de uma verdade de origem sublime, irrefutável. Nietzsche se pergunta, ainda, se essa valorização da verdade e das oposições que privilegiam um dos polos não seriam apenas *perspectivas* de momento, ligadas a determinados *pontos de vista*. A renúncia ao não-verdadeiro, para Nietzsche, é a renúncia à vida; abraçar a não-verdade, por outro lado, é responder à possibilidade do erro sem a arrogância da pretensão à verdade absoluta. Somente assim se pode estar para “além do bem e do mal”, reconhecendo que as contradições são insolúveis e, ao mesmo tempo, condições da própria vida. Ao defender a perspectiva, Nietzsche está valorizando a particularidade e as contradições das quais emerge aquilo que se chama de “verdade”.

Apontar para a impossibilidade de solução das contradições não significa proclamar a defesa da mentira, do erro, do niilismo; dizer que as verdades (agora no

⁸ Optou-se, deliberadamente, por não trabalhar os rótulos “pós-positiva”, “pós-estruturalista” e “pós-moderno”, muitas vezes atribuídos a Nietzsche, Foucault e Derrida, entre outros, assim como o rótulo “pós-colonial”. Essa opção se deve a dois motivos principais. Em primeiro lugar, tais rótulos reforçam estereótipos e amiúde implicam em posições extremas acerca dos pensadores que neles são enquadrados: condenação e celebração exageradas são duas posturas que tendem a criar oposições e deixar inexploradas ou superdimensionadas muitas reflexões simplesmente por provirem de abordagens “pós-modernas” ou “pós-estruturalistas”. Em segundo lugar, não contribui para os propósitos aqui avançados o aprofundamento das circunstâncias e dos contextos que levaram à difusão desses rótulos, tampouco contribui o questionamento de sua relevância.

plural) emergem das infinitas perspectivas é apontar para o caráter histórico dos universais e dessas próprias verdades. Entre estas, está a noção de subjetividade moderna. A defesa da perspectiva, nesse sentido, traz consigo a posição de que a verdade sobre o sujeito, ou melhor, o elo entre verdade e sujeito é sempre uma produção contingente e situada no tempo e no espaço. O mesmo se aplica à relação do sujeito com o objeto e do escritor com seu texto. Portanto, a primeira dimensão da postura que aqui se pretende avançar define que este texto propõe uma perspectiva acerca da política moderna, sem pretensão de atingir uma verdade isolada dos julgamentos políticos que condicionam o próprio texto.

Essa perspectiva é formulada por meio da problematização da modernidade e da política moderna. Problematizar, aqui, é tomado em um sentido próximo ao de Foucault (1984b): estabelecer um arranjo de fatos, práticas e pensamentos que parecem colocar problemas para a política. Significa, ainda, interpelar alguns dos aspectos tomados como dados ou naturalizados nas discussões contemporâneas e os tornar problemáticos, e não simples fundamentos incontestes de verdades supostamente neutras. A problematização não é um exercício de oposição que busca instaurar uma nova hegemonia de pensamento; ao invés disso, é uma operação que almeja apontar contradições inerentes à sociedade e ao jogo político e as condições que tornaram determinadas soluções a essas contradições possíveis, desejáveis, até mesmo inevitáveis, ao passo que outras são marginalizadas e silenciadas. Em outros termos, não se trata de substituir um universal por outro nem de substituir um universal pelo particular; problematizar é estar atento às aporias entre o universal e o particular, a partir de um prisma inserido, ele próprio, em condições espaço-temporais que abrem determinadas alternativas e obliteram outras. Percebe-se a íntima relação entre problematização e perspectiva. Esta é, pois, a segunda dimensão da postura deste texto.

Por fim, essas duas dimensões se associam a uma terceira que se poderia definir como atitude crítica. Esta não se refere à pretensão de estabelecimento de um critério científico ou filosófico para a definição da verdade, tampouco de um parâmetro ideal em relação ao qual as imperfeições da sociedade seriam julgadas, a fim de se tentar corrigi-las. Dessa forma, a atitude crítica, aqui, não faz parte de um projeto moderno, nem mesmo de um esforço de reconstrução desse projeto.

Segundo Foucault (2007b), o século XV presenciou uma proliferação na arte de governar os homens, na medida em que o centro religioso do pensamento político cristão foi deslocado pela incipiência de um pensamento secularizado e que o governo

dos homens atingiu esferas da sociedade até então inatingidas. Em concomitância à emergência de preocupações com as modalidades de governo dos homens em sociedades cujas autoridades estavam sendo rearticuladas, Foucault aponta que emergiram questionamentos no sentido da resistência a esse governo. A atitude crítica, portanto, se liga ao desafio posto às formas de governo e às verdades a elas associadas e que se pretendem universais; é uma interpelação da autoridade levada a cabo simultaneamente à dinâmica que autoriza essa própria autoridade. Tem-se a terceira dimensão: a atitude crítica.

Essas considerações de Foucault são cruciais neste trabalho. Com elas, não somente se explicita o elo entre perspectiva, problematização e crítica, como também se situa esse elo no que aqui se denomina por “modernidade” e “política moderna”. A afirmação de Foucault de que essa atitude crítica emerge no século XV dá ensejo a pensar que não somente a Reforma Protestante, como também o “Descobrimento” do Novo Mundo são primordiais para que essas *problematizações* possam ser formuladas por diferentes *perspectivas* e possibilitem, assim, formas de *crítica* que não reproduzam dicotomias e oposições nos moldes daquelas que Nietzsche já havia apontado, e sim estejam atentas às *aporias* da política moderna.

Esse elo exposto acima torna plausível uma das escolhas mais caras a este trabalho: o recorte histórico-filosófico-político da “modernidade” e da “política moderna”. O pensamento político cristão predominante na Idade Média ligava o tempo à eternidade e estipulava uma hierarquia chancelada pela autoridade divina e que em cujo topo estava Deus: a Grande Cadeia do Ser. A partir do momento em que essas concepções passam a ser contestadas, rearticulam-se as subjetividades, as autoridades e as configurações espaço-temporais. À medida que Maquiavel, Montaigne, Descartes, Hobbes e Kant interrogam e problematizam, por diferentes perspectivas, a autoridade eclesiástica, passam a ser problematizados o sujeito, a soberania e a posição do Estado e do governante, assim como o sistema internacional. Não mais submetido ao imutável destino controlado pela providência divina e pela Grande Cadeia do Ser, o jogo político adquire novas aberturas e novos fechamentos. Seria possível dizer que, em certo sentido, a modernidade e a política moderna emergem assim que se constata o óbito de Deus, ou melhor, assim que se mata Deus (muito antes de Nietzsche).

Isso não significa, obviamente, que as preocupações religiosas foram apartadas da dinâmica política. A morte de Deus pode ser definida como uma nova forma de

problematização do ele entre sujeito e verdade, uma atitude *crítica* diante das formas de governo e autoridade vigentes, uma *perspectiva* alternativa que lança seu olhar às particularidades e universalidades em rearticulação. Deus cedeu lugar à razão na modernidade, no entanto essa autorização de uma nova autoridade não deixou de ter seus misticismos, seus silêncios. Isso conduz ao ponto de partida da introdução: a reformulação do que é ser “moderno” e a reação/ação dos “clássicos” e desse texto a esse contexto.

Os escritos de Maquiavel, Montaigne, Descartes, Hobbes e Kant são, em suas continuidades e rupturas em relação ao pensamento ocidental, expressões das articulações espaço-temporais da modernidade. Ao mesmo tempo, seu legado para o pensamento ocidental faz com que cada um deles seja entendido na condição de construtor do pensamento moderno. É nesse sentido que são ação e reação, sendo impossível a distinção clara entre um papel e outro dos seus textos.

Se os cinco pensadores acima fazem parte de cruciais momentos de reformulação das subjetividades, Nietzsche, Foucault e Derrida são profícuos para a exploração desses momentos e das alternativas para se pensar a política moderna. As reflexões desenvolvidas nos próximos capítulos são, a princípio, de cunho acadêmico e com um teor mais filosófico. No entanto, há muito mais em jogo do que querelas acadêmicas e controvérsias teóricas. A problematização que se propõe a partir de agora se envereda por uma, apenas uma, das portas de entrada de possíveis para os questionamentos da atualidade, para o avanço de uma postura ética, estética e política que em muito deve à atitude crítica que Foucault remete ao século XV e, depois, a Kant.

Ao final do texto, pretende-se que muitas aberturas terão sido feitas, consciente e inconscientemente; porém, não se perde de vista que muitos fechamentos terão sido promovidos, consciente e inconscientemente. Vale lembrar, os limites definidos para um campo, quando tomados pela perspectiva da aporia, impedem a simples transcendência, a passagem para um momento de pura exterioridade, para uma era “pós”. Impedem, ainda, que se arrogue o direito de proclamação da verdade e a pretensão de que seja produzida uma obra incontestada.

Assim como as obras dos pensadores “clássicos” e “contemporâneos” às quais se recorre ao longo deste texto, esta também é uma obra permeada por silêncios e julgamentos políticos. Ação e reação a um contexto constituído, ele próprio, pelas

aporias entre o particular e o universal, o texto a seguir é um ato político desde sua mais primordial, fundamental, originária concepção.